



Comércio Saudável – Agricultura Sustentável

Um Modelo Multilateral para Mercados Sustentáveis na Agricultura



HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG

MISEREOR
IHR HILFSWERK

 Wuppertal Institut
für Klima, Umwelt, Energie
GmbH



Esse documento foi produzido com a assistência financeira da União Européia. Seu conteúdo é de responsabilidade total de Misereor e Heinrich-Böll-Stiftung e em nenhuma hipótese deve ser interpretado como um reflexo da posição da União Européia.

Comércio Saudável – Agricultura Sustentável.

Um Modelo Multilateral para Mercados Sustentáveis na Agricultura

Autores do texto original	Wolfgang Sachs e Tilman Santarius	
Em colaboração com	Souleymane Bassoum, Daniel De La Torre Ugarte, Gonzalo Fanjul Suárez, Anna Luiza Ferreira Pijnappel, Arze Glipo, Aileen Kwa, Hannes Lorenzen, Sophia Murphy, Oduor Ong'wen, Rita Schwentesius Rindermann	
Resumo	Uli Kleinwechter	
Tradução para o português	Graziela Schneider	
Revisão	Christine Chemnitz, Tilman Santarius, Mute Schimpf	
Publicado por	Heinrich Böll Foundation e Misereor	
Primeira edição	Setembro de 2008	
©	Heinrich Böll Foundation Bischöfliches Hilfswerk MISEREOR e.V.	
Projeto Gráfico	Michael Pickardt	
Coordenação	Christine Chemnitz (Heinrich Böll Foundation) Mute Schimpf (MISEREOR)	
	Disponível para download em www.ecofair-trade.org	
	A presente publicação não representa necessariamente os pontos de vista dos editores.	
Fotos	Misereor	
	MISEREOR Mozartstr. 9 D-52064 Aachen Fone +49 241442-168 Fax +49 241442-505 www.misereor.org	Heinrich Böll Foundation Schumannstraße 8 D-10117 Berlin Fone +49 30 28534-0 Fax +49 30 28534-109 www.boell.de

Comércio Saudável – Agricultura Sustentável

Um Modelo Multilateral para Mercados Sustentáveis na Agricultura

Resumo do relatório “Diálogo sobre Comércio Ecológico e Justo”

*A presente versão resumida baseia-se no relatório
“Comércio Saudável – Agricultura Sustentável” de
Wolfgang Sachs e Tilman Santarius*

Em colaboração com

Souleymane Bassoum
Daniel De La Torre Ugarte
Gonzalo Fanjul Suárez
Anna Luiza Ferreira Pijnappel
Arze Glipo
Aileen Kwa
Hannes Lorenzen
Sophia Murphy
Oduor Ong’wen
Rita Schwentesius Rindermann

Consulta Regional
Norte-americana

Washington D.C., EUA
Setembro de 2006



Consulta Regional
Européia

Bruxelas, Bélgica
Novembro de 2006



Consulta Regional
Mexicana e Centro-
Americana

Teotihuacán, México
Outubro de 2006



Consulta Regional
da África Ocidental

Mbour, Senegal
Fevereiro de 2006

Consulta Regional
Sul-Americana

Curitiba, Brasil
Agosto de 2006





Consulta Regional
Alemã

Berlin, Alemanha
Outubro de 2006



Debate em painel do
“Diálogo sobre
Comércio Ecológico e Justo”

Hong Kong
Dezembro de 2005



Consulta Regional
Asiática

Chiang Mai, Tailândia
Maio de 2006

ECOFAIR TRADE DIALOGUE

New Directions for Agricultural Trade Rules

Prefácio

Em abril de 2007, o relatório *Comércio Saudável – Agricultura Sustentável* foi publicado pela Fundação Heinrich Böll e MISEREOR. Esse relatório, que foi o resultado de um processo de diálogo internacional de muitos anos – Diálogo sobre Comércio Ecológico e Justo –, requer uma reforma fundamental do sistema de comércio agrícola mundial. Em virtude da atual crise mundial de alimentos, essa demanda parece ainda mais relevante, e há uma necessidade urgente de colocá-la em prática. Mas ela é, também, mais possível hoje do que nunca. O aumento dos preços de produtos agrícolas finalmente provocou um debate público sobre o futuro da agricultura. Nesse contexto, o relatório *Comércio Saudável – Agricultura Sustentável* oferece um valioso material para reflexão e propostas concretas de reforma.

Ocorreram mudanças fundamentais nas condições do modelo econômico para o setor agrícola desde a publicação do relatório, em abril de 2007. Como os preços agrícolas dispararam, o estado nutricional de milhões de pessoas piorou radicalmente. Investidores privados e especuladores descobriram que podem usar o setor da agricultura em benefício próprio. Os agricultores estão sentindo os efeitos das mudanças climáticas. A era do petróleo barato parece ter definitivamente chegado ao fim, e como resultado a produção de biocombustíveis compete cada vez mais com a produção de alimentos.

A agricultura mundial enfrenta hoje enormes desafios. Esses desafios exigem respostas adequadas não apenas na esfera das políticas agrícolas, mas também no âmbito das políticas internacionais de comércio agrícola. Entretanto, até agora quase não se teve nenhuma consideração com essas preocupações nas negociações agrícolas internacionais da OMC.

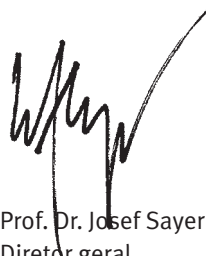
As questões que continuam no centro das negociações da OMC são: maior acesso aos mercados agrícolas das nações industrializadas para os países em desenvolvimento, e compromissos de valor legal para reduzir de forma substancial subsí-

dios nacionais que representem uma distorção no mercado para agricultores do Norte. A Rodada de Doha para o Desenvolvimento chegou a um impasse principalmente sobre essas questões. Entretanto, até agora, a experiência real adquirida com a liberalização do mercado dentro do modelo da OMC ou com os acordos comerciais regionais e programas de ajustes estruturais demonstraram, por um tempo, que, em muitos países, tanto a pobreza rural como a degradação ambiental se agravaram como resultado da liberalização agrícola. Pequenos produtores, tanto do Norte como do Sul, sofrem as consequências da globalização econômica. Entre elas, a perda do acesso a recursos essenciais como terra, água e sementes, bem como a mercados. A degradação ambiental e as perdas em biodiversidade, bem como em diversidade cultural, são questões de grande preocupação em muitas regiões.

Diante desse contexto, a questão sobre que forma o regime de comércio agrícola internacional deve ter para contribuir para uma maior justiça social e um desenvolvimento sustentável está se tornando ainda mais crítica.

A Fundação Heinrich Böll e MISEREOR abordaram essa questão no Diálogo Internacional sobre Comércio Ecológico e Justo – trabalhando em cooperação com o Wuppertal Institute for Climate, Environment and Energy (Instituto de Clima, Meio Ambiente e Energia de Wuppertal) e um painel de especialistas de todos os continentes. O diálogo foi realizado em consultas regionais na África, Ásia, América Latina e do Norte e Europa. Participaram não somente representantes de organizações e ONGs de agricultores, mas também ministérios, parlamentos, a comunidade científica e organizações internacionais.

Um ano depois da publicação de *Comércio Saudável – Agricultura Sustentável* e de alguns debates interessantes ao redor do mundo, esse resumo do relatório foi concebido para dar os resultados essenciais do diálogo para pessoas com pouco tempo disponível.



Prof. Dr. Josef Sayer
Diretor geral
Obra episcopal de cooperação
para o desenvolvimento MISEREOR



Barbara Unmüßig
Diretoria
Heinrich-Böll-Stiftung

Introdução

A agricultura é muito mais do que apenas um setor da economia e produz muito mais do que alimentos e fibras. A agricultura usa, cultiva e preserva ecossistemas, sustenta tanto a economia como a cultura em zonas rurais, além de ser uma fonte de conhecimentos sobre uma grande variedade de práticas agrícolas. Porém, quando políticas de comércio internacional são formuladas, quase não se leva em conta o sentido multifuncional da agricultura. Ao invés disso, a agricultura é vista principalmente a partir de uma perspectiva econômica. Para maximizar o rendimento da produção, a política de comércio internacional expõe a produção agrícola a crescentes competições internacionais, comprometendo assim seu caráter multifuncional.

A Heinrich Böll Foundation (Fundação Heinrich Böll) e Misereor, em colaboração com o Wuppertal Institute for Climate, Environment, and Energy (Instituto de Clima, Meio Ambiente e Energia de Wuppertal) reagiram a essa conjuntura lançando o projeto *Diálogo Sobre Comércio Ecológico e Justo. Novas Diretrizes para Regras do Comércio Agrícola*. O objetivo do projeto é iniciar um processo interna-

cional de diálogo que inclua representantes da sociedade civil, e da comunidade científica e política, com a intenção de desenvolver perspectivas e políticas para um regime de comércio sustentável que considere questões sociais e ambientais. O Diálogo Sobre Comércio Ecológico e Justo baseia-se na convicção de que pequenos produtores deveriam receber atenção especial devido a sua extraordinária importância para sistemas sociais e ambientais rurais.

O relatório *Comércio Saudável – Agricultura Sustentável. Um Modelo Multilateral para Mercados Sustentáveis na Agricultura* é o principal resultado do Diálogo Sobre Comércio Ecológico e Justo até o momento. O relatório analisa os problemas mais importantes que a multifuncionalidade da agricultura, os direitos humanos e a biosfera enfrentam como efeito de uma crescente liberalização do comércio agrícola. Ele define os princípios fundamentais para se construir um regime de comércio sustentável. Finalmente, ele descreve as instituições e mecanismos políticos necessários para assegurar um regime de comércio agrícola justo e ecologicamente sustentável.

O Diálogo Sobre Comércio Ecológico e Justo

O Diálogo sobre Comércio Ecológico e Justo foi criado como reação ao fracasso da Conferência Ministerial da OMC em Cancún, México, em Setembro de 2003. A primeira fase do projeto foi lançada em 2005 com o diálogo de um grupo de especialistas. Entre os treze especialistas do grupo havia pessoas especializadas em comércio, outras que promovem a agricultura sustentável, cientistas, e conselheiros de políticas de parlamentos e governos, de todos os quatro cantos do mundo. Eles se encontraram cinco vezes no México, Alemanha, e Senegal para discutir negociações comerciais recentes e o estado e desenvolvimento da agricultura ao redor do mundo. No final do processo de dois anos de discussão, propostas iniciais de reforma foram elaboradas e publicadas em nove documentos de discussão (www.ecofair-trade.org).

Em 2006, essas propostas de reforma foram discutidas em consultas regionais que tinham como pano de fundo uma conjuntura global diferente. Aconteceram sete consultas regionais entre fevereiro e novembro de 2006. Ao todo, aproximadamente 200 especialistas foram selecionados – membros de

organizações de agricultores e organizações de base, tomadores de decisão de governos e representantes da sociedade civil e de organizações internacionais – participaram do processo de diálogo. A consulta regional da África Ocidental aconteceu no Senegal; do Sudeste Asiático, na Tailândia; das Américas do Norte, Central, e do Sul, respectivamente, nos EUA, México, e Brasil; e da Europa, na Bélgica e Alemanha. Nas consultas regionais, os delegados discutiram, de forma crítica, as propostas de reforma feitas pelo grupo de especialistas, desenvolvendo-as à luz das experiências e circunstâncias políticas, culturais e agrícolas mais variadas.

Como moderadores do *Diálogo sobre Comércio Ecológico e Justo*, Wolfgang Sachs e Tilman Santarius, do Wuppertal Institute (Instituto Wuppertal), examinaram os resultados de todos os documentos de discussão, as conclusões das rodadas de discussão, assim como as recomendações feitas por um conselho consultivo internacional de especialistas e tomadores de decisão, resumindo-os em uma coerente proposta de reforma. Entitulado *Comércio Saudável – Agricultura Sustentável. Um Modelo*

Multilateral para Mercados Sustentáveis na Agricultura, o relatório foi publicado em abril de 2007. Até o momento ele foi traduzido para francês, alemão, italiano e espanhol. Esse relatório constitui o ponto de partida para a segunda fase do *Diálogo sobre Comércio Ecológico e Justo*, e a base da mesma, que

deve durar até 2010. Durante essa fase, o relatório será usado para dar início a debates sobre a estrutura do futuro regime de comércio, e será desenvolvido com outros documentos de políticas sobre determinados tópicos.

Lacunas do atual regime de comércio

As atuais negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) têm como foco principal a reforma das regras do comércio agrícola. Entretanto, as reformas previstas ignoram principalmente os desafios que comunidades agrícolas e economias rurais enfrentam. As regras desenvolvidas pela OMC visam, antes de mais nada, desenvolver o comércio de produtos agrícolas e não levam aspectos ambientais e sociais da agricultura em consideração de forma adequada.

A principal lacuna desse enfoque é o fato de que ele se baseia na suposição meramente econômica de que a liberalização do comércio vai maximizar o bem-estar geral, desde que todos os indivíduos tenham a oportunidade de maximizar seus benefícios pessoais (como consumidores) ou seus lucros pessoais (como produtores). Essa suposição leva a um equívoco fundamental porque ignora a crescente externalização de custos sociais e ambientais, que ocorre com o aumento da pressão competitiva do mercado agrícola. Bens públicos, como a proteção do meio ambiente ou a preservação da coesão social, não estão disponíveis em uma proporção adequada ou estão sendo afetados de forma negativa. É por

promover o bem comum. Métodos de agricultura sustentável fazem com que as propriedades sejam mais produtivas e mais eficientes e gerem mais empregos por hectare do que operações agrícolas industriais de larga escala, devido à redução de despesas de capital. Como esses métodos estão integrados a estruturas econômicas regionais e locais, a demanda de bens e serviços de pequenos produtores gera renda para outras famílias rurais, contribuindo assim para uma economia rural mais robusta. Em países do Sul, em particular, onde grande parte da população está empregada no setor agrícola, pequenos produtores contribuem muito para a segurança alimentar e a redução da pobreza. Finalmente, estruturas de produção de pequena escala em geral são caracterizadas por uma maior variedade biológica, acumulam melhor o conhecimento local e tradicional, e são muito mais capazes de mudar sua base de insumos de combustíveis fósseis para fontes renováveis. Apesar de todos esses benefícios, ao invés de protegerem ou promoverem sistemas de pequenos produtores, as regras da OMC e outros acordos de livre comércio exercem pressão crescente sobre eles.

Desrespeito pela subsistência

Atualmente, a maioria dos pequenos produtores ao redor do mundo está dentro da linha de pobreza. A ascensão da pobreza e o êxodo rural que caracterizam áreas rurais de muitos países do Sul são a consequência de uma estratégia de desenvolvimento que agrega pouco valor à agricultura. A liberalização do comércio também contribuiu para o *status quo*. Desde os anos 80, vários países do Sul abriram seus mercados agrícolas, o que levou a um aumento das importações baratas, algumas delas produzidas com a ajuda de subsídios pagos a agricultores de países desenvolvidos. Esse influxo de mercadorias importadas causou redução dos preços e obrigou muitos agricultores a abandonar suas atividades, em particular as mulheres, que produzem ao menos 65% de todo o alimento consumido no mundo e geralmente

“Com certeza, a agricultura é muito mais do que um negócio. Entretanto, precisamos enfatizar o aspecto comercial, uma vez que hoje agricultores deixam sua terra porque já não podem se sustentar com a agricultura. Se essas pessoas abandonam seu trabalho agrícola, elas abandonam também as múltiplas funções que a agricultura proporciona a comunidades humanas e ao mundo natural.”

Bruce Ross, Ross Gordon Consultants, Bélgica, na Consulta Regional Européia, novembro de 2006

isso que o principal objetivo da política precisa ser proteger esses bens públicos e criar um modelo para o mercado agrícola mundial que priorize os bens comuns ao invés da acumulação de capital privado.

Pequenos produtores do Sul e agricultores familiares do Norte têm potencial para contribuir para um desenvolvimento que tenha como foco

não conseguem competir neste novo mercado. É por isso que a pobreza em regiões rurais é maior quando mulheres são chefes de família.

Além disso, a liberalização do comércio cria incentivos para um aumento das exportações do setor agrícola. A produção de *commodities* para exportação compete com a produção de alimentos para o mercado interno e para subsistência, fazendo com que seja mais difícil que agricultores tenham acesso aos fatores de produção de que eles precisam. A combinação do aumento de preços de insumos e da redução do preço de produção também obriga pequenos produtores a abandonarem suas atividades. Eles perdem todas as oportunidades que têm de gerar renda, empobrecem e migram para as cidades. O empobrecimento da população rural aumenta com maior rapidez quando outros setores da economia rural não têm disponibilidade imediata para absorver esses trabalhadores desempregados.

Descaso com a natureza

Nas próximas décadas, o setor agrícola enfrentará uma série de desafios muito específicos. Embora as mudanças climáticas, a degradação do solo, a perda da biodiversidade e a escassez de água devam exercer um efeito drástico sobre o rendimento da produção, há a expectativa de que o setor agrícola alcance a crescente demanda de produção tanto de alimentos como de energia, aumentando seus rendimentos. Em regiões tropicais, a industrialização da agricultura, em geral, vem acompanhada de maior desmatamento. Emissões da pecuária intensiva impulsionam as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade; o consumo excessivo de água e a poluição da água causada por agrotóxicos estão exacerbando a crise da água; e as monoculturas ou o cultivo de terras marginais estão degradando o solo. Tudo isso é agravado pelo alto consumo de energia associado ao processamento, transporte e venda de produtos em uma indústria globalizada de produtos alimentares.

A liberalização do comércio agrícola vai agravar ainda mais a crise ambiental. Em primeiro lugar, os fluxos do comércio internacional significam mais *food miles* (distância percorrida pela comida desde seu cultivo até chegar ao consumidor) e suas implicações, que por sua vez aumentam a emissão de gases do efeito estufa. Em segundo lugar, a intensa competição contribui ainda mais para a industrialização da agricultura e a introdução de métodos de produção que fazem uso elevado de insumos, que prejudicam o meio ambiente. Em terceiro lugar, a liberalização do comércio desloca a produção de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, o que acarreta mais pressão sobre a terra

disponível para agricultura e acelera ainda mais a especialização e a concentração da agricultura.

Liberdade de ação para corporações

A liberalização dos mercados se baseia na suposição de que o livre comércio tem mais restrições por causa da intervenção estatal do que qualquer outra coisa. Entretanto, a experiência com os mercados agrícolas internacionais mostra que os processos de concentração do mercado e um número reduzido de players (aqui é melhor deixar o termo em inglês,

“Na Indonésia nós tivemos problemas graves com plantações de palmeira-de-óleo-africana. Empresas estrangeiras são proprietárias de milhares de hectares, florestas são derrubadas e seus habitantes são expulsos de sua terra. Enquanto as plantações deveriam produzir um recurso regenerativo, na realidade exploram a base dos recursos e causam poluição ambiental e devastação.”

Delima Hasri Azahari, consultora, Indonésia, na Consulta Regional Asiática, maio de 2006

pois não se usa “jogadores” para este sentido) que abusam do poder de mercado também representam um entrave para o livre comércio. Em vários segmentos do mercado em que produtos agrícolas são processados e comercializados – isto é, no setor de atacado, e cada vez mais no setor de supermercados, também – uma quantidade significativa de atividades de mercado é sustentada por um número reduzido de multinacionais.

Essa alta concentração de mercado significa que um número cada vez menor de empresas está influenciando os preços tanto dos meios de produção (insumo) como produtos agrícolas. Com isso, elas estão restringindo as oportunidades de mercado para pequenos produtores. Além disso, cadeias de processadores e varejistas cada vez mais impõem condições para a compra de produtos agrícolas, exigindo que satisfaçam normas de produto e processo. Pequenos produtores não participam, em princípio, do processo de definição dessas normas de qualidade. Isso significa que, em geral, para eles é muito difícil se adequar a essas normas e, conseqüentemente, usá-las para conquistar um lugar em mercados altamente integrados. A agricultura de contrato também se caracteriza por um desequilíbrio de poder na cadeia de valores. Produtores têm pouca liberdade de ação quando se trata de negociar com compradores no mercado de oligopólio. Isso significa que nem o risco de preços, nem o risco de produtos são distribuídos de forma justa entre os parceiros contratantes e que os agricultores têm restrições em relação a sua capacidade de tomada de decisões.

Tolerar assimetrias

Eliminar barreiras ao comércio entre países independentemente de sua força econômica faz com que países menos competitivos fiquem em desvantagem se as diferentes capacidades econômicas dos países não forem levadas em consideração. O mesmo vale para os atores dos mercados agrícolas: setores e empresas fortes e competitivas se beneficiam com o livre mercado enquanto pequenos produtores são marginalizados por ele. Um pequeno produtor da Indonésia dificilmente tem condições de competir com grandes produtores do Canadá ou plantações industrializadas de seu próprio país. Uma liberalização uniforme do comércio agrícola não vai, portanto, levar a condições justas. Ao mesmo tempo, as regras do comércio agrícola internacional não levaram a uma supressão uniforme das barreiras ao comércio entre todos os países. O atual Acordo sobre a Agricultura (Agreement on Agriculture – AoA) da OMC, por exemplo, permite que países desenvolvidos mantenham um nível muito mais alto de tarifas aduaneiras e programas nacionais de apoio do que países em desenvolvimento.

À luz dessa gritante desigualdade, a perspectiva de perseguir uma estratégia de desenvolvimento que procure aumentar a exportação de produtos agrícolas é questionável. Várias experiências nos países do Sul mostraram que mercados voltados

para exportações por si só não contribuem de forma adequada para a redução da pobreza e para o desenvolvimento humano. Até mesmo naqueles países em que as exportações estão em expansão, um setor agrícola voltado para exportações em geral anda de mãos dadas com efeitos de distribuição negativos: a renda se concentra na economia de exportação enquanto outros setores se tornam cada vez mais empobrecidos. Embora atualmente os preços estejam altos devido a quebras de safra, uma demanda maior por alimentos e o *boom* de biocombustíveis, a volatilidade dos preços do mercado mundial continua alta e, portanto, não prevê retorno estável e seguro de investimentos. Isso significa que países que seguem uma política voltada para exportações em seus setores agrícolas e ao mesmo tempo importam bens industriais processados põem suas condições comerciais continuamente em risco. Além disso, olhando com mais atenção para os atores do mercado, produtores menores e mais pobres – e, em particular, mulheres – costumam se beneficiar menos do comércio de exportação. Devido à decorrente competição de recursos produtivos, uma expansão da produção de exportação pode acelerar a concentração no setor agrícola, fazendo com que pequenos produtores abandonem a atividade. Em muitos países as consequências foram o aumento da pobreza e uma ameaça à segurança alimentar.

Os princípios fundamentais de um regime de comércio agrícola ecológico e justo

A Organização Mundial do Comércio (OMC) e seus incontáveis acordos baseiam-se em dois princípios fundamentais: o princípio da nação mais favorecida e o princípio da não-discriminação. Embora ambos sejam importantes, eles certamente não são adequados quando se trata de adaptar um regime de comércio às demandas da sustentabilidade. Além disso, o princípio do tratamento nacional da OMC precisa ser revisto porque ele impede que normas de sustentabilidade sejam adotadas no comércio mundial. O relatório *Comércio Saudável – Agricultura Sustentável* define sete princípios necessários para a construção de um comércio de produtos agrícolas justo do ponto de vista social e sustentável do ponto de vista ambiental.

O princípio da multifuncionalidade procura levar em consideração todos os aspectos agrícolas. De um ponto de vista cultural e social, a agricultura é

um pilar da comunidade rural e o fundamento da construção da cultura rural. Isso acontece especialmente em relação à conservação e preservação de métodos de pequenos produtores. Existe também uma relação estreita entre agricultura e ecossistemas, tanto pelo uso de recursos naturais como por sua habilidade de produzir bens comuns ecológicos.

O princípio de direitos humanos garante que as regras do comércio se conformem à Declaração de Direitos Humanos da ONU. Não se pode permitir que regras do comércio internacional ameacem a subsistência e a segurança econômica básica de determinada população. O direito à comida, em particular, precisa ser assegurado.

Ecossistemas e recursos naturais são a base de qualquer subsistência agrícola. Entretanto, o uso impróprio desses sistemas e recursos pode ameaçar

a subsistência e exacerbar problemas ambientais globais. O princípio de integridade ambiental procura garantir que processos de produção agrícola não tenham impacto negativo sobre a habilidade que um ecossistema tem de funcionar, nem destruam a capacidade regenerativa dos recursos naturais.

O princípio da soberania democrática procura garantir que as políticas comerciais de um país reflitam as preferências coletivas de seus cidadãos. Em geral, as mudanças na política comercial têm um efeito drástico sobre a segurança alimentar, a prosperidade em regiões rurais, o estado do meio ambiente e o futuro potencial de desenvolvimento de economias rurais. Os cidadãos de um país precisam reservar-se o direito de moldar os mercados de acordo com suas necessidades.

Em um mundo globalizado, medidas tomadas tanto por governos como produtores de um país podem ter impacto sobre outros países. Consequentemente, o princípio da responsabilidade extraterritorial procura impedir que determinadas partes se beneficiem à custa de outras. Quando os países colocam suas estratégias e programas políticos em prática, eles precisam sempre excluir os que tenham consequências negativas para outros países.

O princípio da subsidiariedade econômica resolve o conflito potencial entre os princípios da soberania democrática e da responsabilidade extraterritorial: a política comercial deveria ser estruturada para que as trocas econômicas locais e nacionais, quando

possível, tenham prioridade sobre as trocas continentais ou globais. Quando dá preferência, de forma sistemática, a cadeias de valores de escopo estreito ao invés de cadeias de valores de escopo amplo, o controle democrático dessas cadeias é maximizado.

“O que acontece em um regime de livre comércio não é apenas a globalização dos mercados, mas a globalização da falha de mercado. A agricultura está repleta de falhas de mercado e externalidades ambientais, em parte relacionadas à agricultura industrial que faz uso elevado de insumos. Está bem documentado que a liberalização do comércio espalha o modelo de agricultura industrial pelo mundo. Isso, por sua vez, gera problemas ambientais graves.”

Timothy Wise, Tufts University, EUA,
na Consulta Regional Norte-americana, setembro de 2006

Uma política desse tipo também elimina *food miles*, que prejudicam o meio ambiente, e fortalece redes locais de produção.

O princípio da justiça comercial procura formular as regras do comércio internacional para recuperar o equilíbrio econômico do mundo. Visto que aplicar as mesmas regras para todos geralmente beneficia os países fortes, as regras do comércio precisam favorecer, de forma sistemática, os países fracos, e não os fortes.

Políticas e medidas para um regime de comércio agrícola em um mundo sustentável

Baseado nesses sete princípios fundamentais, o relatório *Comércio Saudável – Agricultura Sustentável* desenvolve uma série de mecanismos de políticas e instituições inovadoras para colocar um regime de comércio agrícola sustentável em prática. O objetivo dessas medidas não é desregulamentar o comércio, mas regulamentar tanto o comércio como a produção agrícola em geral de acordo com os preceitos da sustentabilidade social e ambiental.

Ampliar o espaço de políticas nacionais

A política comercial é apenas um dos muitos pilares da política econômica de um país, e a política econômica apenas uma das muitas áreas de políticas que são regulamentadas por governos nacionais. Políticas comerciais *per se* não podem reivindicar

prioridade sobre outras áreas de políticas e não deveriam restringir a liberdade de decisão dos governos para influenciar mercados e atividades econômicas de acordo com seu interesse público. Há muitos anos, governos nacionais vem se desempoderando como consequência de acordos comerciais internacionais. É preciso conceder novamente a governos nacionais o direito de moldar fluxos comerciais de acordo com suas preferências coletivas. Isso significa que é preciso permitir que eles adotem preços mínimos, regras de investimento e normas ambientais, sociais e de saúde.

Acima de tudo, os governos nacionais precisam recuperar a autoridade para administrar a importação de bens, serviços e investimentos. Visto que a agricultura é a maior fonte de renda para a maioria das pessoas dos países do Sul, a liberalização de

importações precisa ficar em segundo plano, quando a subsistência nacional e a segurança alimentar estão em jogo. É por isso que as regras do comércio internacional deveriam dar mais liberdade para que os governos protejam seus mercados internos dos surtos de importação ou das altas volatilidades de preço do mercado mundial, permitindo que eles imponham tarifas aduaneiras, quotas e medidas de salvaguarda baseadas em preço e volume. Os governos também precisam de mais liberdade política para influenciar o influxo de investimentos estrangeiros, controlar as atividades de corporações transnacionais, vincular a produção nacional à segurança alimentar ou a normas ambientais e estabelecer regimes de apoio que procurem incentivar uma economia rural saudável.

Investir em multifuncionalidade

Um setor agrícola multi-funcional exige apoio público, não apenas porque ele produz mais do que apenas bens comerciais como alimentos, pastagem e matérias-primas, mas também porque ele é responsável por bens comuns ambientais e sociais, como a qualidade da água, a beleza da paisagem, a cultura rural e a coesão social. Visto que tudo isso não pode ser assegurado só por mecanismos de mercado, uma combinação de serviços públicos, mecanismos

“O espaço de políticas não significa que vamos nos isolar do resto do mundo. Trata-se de formular nossas políticas segundo as condições específicas de determinado país e região, considerando e priorizando o direito das pessoas consumirem produtos cultivados de forma culturalmente adaptada, saudável e sustentável.”

Eva Carazo, Movimiento de Agricultura Orgánica Costarricense, Costa Rica, na Consulta Regional Centro-Americana, outubro de 2006

de apoio e medidas fiscais e de regulamentação é necessária para garantir que a multifuncionalidade seja promovida. Diretrizes internacionais que promovam a agricultura nacional deveriam estruturar-se para permitir a promoção nacional da agricultura sustentável. Quando mantêm a área rural viva, os pequenos produtores, em particular, produzem os serviços sociais e ambientais necessários que beneficiam a sociedade como um todo. Entretanto, com frequência eles ficam em desvantagem, quando se trata tanto de apoio direto, como indireto. Em relação a isso, as políticas de apoio precisam ser completamente reformuladas, para que levem esses serviços em consideração. Os pagamentos diretos – na medida em que são absolutamente necessários para uma política agrícola sustentável – precisam

estar sujeitos a condições rigorosas. Eles não desempenhariam a função de um incentivo para aumentar a produtividade, mas teriam uma relação estreita com critérios ambientais e sociais. Aplicar métodos de produção sustentável deveria se tornar o pré-requisito para pagamentos diretos, e o volume dos pagamentos deveria estar vinculado ao número de pessoas empregadas, o que, acima de tudo, fortaleceria os sistemas de pequenos produtores e agricultores familiares.

A pesquisa agrícola com financiamento público precisa ter como foco as necessidades das áreas rurais, ou seja, melhorias técnicas baratas que tenham sido adaptadas para uso local, a promoção da produtividade e a compatibilidade ambiental em uma agricultura extensiva que se baseie em conhecimentos tradicionais. As seguintes medidas poderiam ser usadas para modificar o modelo de produção agrícola para métodos sustentáveis de cultivo, mudando radicalmente as condições do setor agrícola: a criação de impostos, tarifas aduaneiras e encargos sobre insumos e práticas agrícolas que prejudicam o meio ambiente, empréstimos para investir em tecnologias que preservam os recursos, programas ambientais apoiados pelo estado, e apoio para processos locais e civis no desenvolvimento de normas de processo e produto para uma agricultura sustentável.

De qualquer forma, é preciso cumprir o princípio da responsabilidade extraterritorial e não se pode permitir que medidas de apoio nacional tenham impacto negativo sobre produtores de outros países. Para garantir isso, um “Mecanismo de Alerta de Dumping” poderia ser estabelecido. Esse mecanismo informaria governos se os preços das importações caíssem e ficassem abaixo do custo da produção sustentável, ameaçando assim o setor agrícola local. Para que um mecanismo desses funcione, os países exportadores teriam que se cadastrar em uma instituição multilateral e dar informações sobre o apoio estatal e sobre os preços de todos os seus produtos de exportações. A instituição multilateral calcularia então a diferença entre os preços das exportações e os custos de produção e poderia, a partir disso, fazer recomendações para que os países aumentassem suas tarifas aduaneiras de acordo com os países em que há prática de *dumping*.

Estabilizar preços

Em décadas recentes, tanto a volatilidade dos preços agrícolas, como a redução dos preços de produção são um dos maiores problemas que agricultores familiares do Norte e pequenos produtores do Sul enfrentam. Embora há muito tempo o excesso de oferta seja a causa da queda dos preços do mercado mundial, pode ser que no futuro ele não seja mais

uma questão a ser combatida. No entanto, o poder de mercado dos agronegócios torna-se cada vez mais o principal problema. Isso por que as corporações poderosas conseguem manter a redução dos preços de produção mesmo quando há um aumento dos preços no mercado mundial. Entretanto, a volatilidade dos preços, assim como a redução dos preços de produção, pode ser controlada por sistemas nacionais de gestão de oferta. De modo geral, o objetivo da gestão de oferta é equilibrar a produção e a demanda de mercado. Esses sistemas também podem assegurar uma distribuição justa de rendas e benefícios na cadeia de produção.

No passado, a gestão de oferta era prática comum em muitos países, e ainda é hoje em alguns países.. Alguns (acho que está faltando uma palavra aqui. Alguns o que?) dos sistemas eram – e ainda são – caracterizados pela ineficiência e má gestão, decorrentes da ausência de um mecanismo de ajuste flexível. Entretanto, um exemplo de boa prática é o sistema canadense de cotas de leite, que foi considerado um grande sucesso não apenas pelo governo canadense, mas também por varejistas e agricultores. O elemento central desse esquema é um sistema de cotas de produção, no qual agricultores compram uma licença que lhes permite produzir um volume específico de uma *commodity* e ter o preço negociado. As cotas podem ser transferidas para outros agricultores. A administração do sistema de gestão de oferta tem a propriedade legal da cota e tem o direito de fazer ajustes sobre a produção permitida. Para que funcione, é essencial que haja um mecanismo de ajuste flexível que equilibre com rapidez e eficiência as necessidades do mercado e as capacidades de produção, isto é, que determine o volume das cotas e o preço certo e justo de cada produto no mercado.

Acordos de livre comércio pressionam governos para que eles desativem seus sistemas nacionais de gestão de oferta. O relatório *Comércio Saudável – Agricultura Sustentável* sugere que, ao invés de desativá-los, os sistemas nacionais de gestão de oferta deveriam ser apoiados e coordenados por um “Modelo Cooperativo Multilateral para Equilibrar a Oferta do Mercado Mundial”. Isso permitiria que países que exercem considerável influência sobre os preços do mercado mundial chegassem a acordos que estipulassem limites máximos de produção e/ou exportações, para elevar os preços do mercado mundial a um determinado valor mínimo e estabilizá-los. No caso do trigo ou do milho, por exemplo, apenas seis produtores – Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, UE, e EUA – respondem por 47% e 58% da produção mundial e 52% e 64% das exportações do mundo, respectivamente. Um modelo cooperativo multilateral para estabilizar preços que inclua esses produtores como partes contratantes principais

contribuiria de forma promissora para a redução da pobreza e para a renovação de economias rurais de todo o mundo.

Estabelecer normas para um comércio de qualidade

No momento, os custos econômicos da produção agrícola não refletem todos os custos envolvidos. Assim como a diminuição de comunidades agrícolas e economias rurais, os danos causados pelas produ-

“O apoio público para a agricultura por si só não é um problema, desde que não leve à prática de dumping. Algumas medidas de apoio não causam dumping, como o investimento público em pesquisa, o investimento em infraestrutura e o apoio para alternativas, como programas de agroecologia ou de reflorestamento.”

Tania Vanegas, Centro Humboldt, Nicarágua,
na Consulta Regional Centro-Americana, outubro de 2006

ções, tanto para o meio ambiente como para a saúde humana, não aparecem em nenhum balanço ou cálculo econômico. Além disso, os custos dos danos sociais e ambientais continuam escondidos. Para reverter essa situação, é preciso definir normas de sustentabilidade, que internalizem os custos sociais e ambientais da produção agrícola, evitando, assim, desde o início, seu surgimento. Governos nacionais deveriam dar apoio para que se desenvolvam normas de processos e produtos para práticas agrícolas sustentáveis e se introduzam programas de controle e monitoramento apropriados. Um sistema desse tipo poderia ter como modelo normas de comércio justo e agricultura orgânica que tenham sido colocadas em prática com sucesso. Finalmente, essas normas de sustentabilidade teriam que adquirir valor legal sucessivamente. Para assegurar que agricultores comprometidos com a produção

“O acesso a mercados internacionais não é uma solução para os agricultores, cujo problema, antes de mais nada, é a falta de acesso a seus próprios mercados locais que são invadidos por produtos importados a preços baixos. Políticas voltadas para exportações levaram ao abandono do campo e à marginalização rural.”

Ramiro Téllez, La Vía Campesina, Honduras,
Consulta Regional Centro-Americana, outubro de 2006

sustentável não sejam os únicos sobrecarregados com os custos elevados de produção e monitoramento, poderia haver um encargo sobre *commodities* agrícolas produzidas de forma não sustentável para financiar a produção sustentável, por exemplo, como já é prática no setor de energia de muitos

países, onde leis *feed-in* asseguram que a produção de energia não sustentável financie a produção de energia verde.

Para assegurar que o regime de comércio internacional tenha a sustentabilidade como base, e para criar um incentivo global que adote métodos de produção sustentável, os países deveriam ter a oportunidade de unir o acesso a seus mercados ao cumprimento de normas nacionais de sustentabilidade. Em um sistema de “Acesso Qualificado ao Mercado”, mercadorias produzidas de forma sustentável teriam vantagem comercial sobre mercadorias produzidas de maneira não sustentável. A renda das tarifas aduaneiras impostas sobre mercadorias produzidas de maneira não sustentável poderia ser canalizada para um “Fundo Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável”, que incentivaria a transição para práticas agrícolas justas e sustentáveis e que programas de acesso qualificado ao mercado fossem colocados em prática nas regiões rurais do Sul.

Para combater o risco de países que abusam do sistema de acesso qualificado ao mercado com a finalidade de discriminação de comércio, regulações globais uniformes teriam que ser definidas. Assim mesmo, a finalidade dessas regulações não seria harmonizar normas de produção em um âmbito

“Na nossa região a experiência revelou que apenas processos participativos de certificação podem ser sustentáveis. Precisamos empoderar sindicatos de agricultores e de produtores para que estabeleçam seus próprios sistemas de controle de qualidade.”

Fabiola Zerbin, FACES do Brasil, Brasil,
Consulta Regional Sul-Americana, agosto de 2006

global— as condições ambientais, econômicas e sociais são diferentes demais para isso. Ao invés disso, elas estipulariam critérios para um processo aberto, participativo e inclusivo que adote normas de sustentabilidade na agricultura. Essas normas de processo poderiam ter como modelo iniciativas de comparação lançadas por IFOAM ou ISO. Um “Centro para a Mediação de Disputas de Conflitos sobre Normas” poderia ser criado para mediar países com disputas relativas ao reconhecimento mútuo de suas respectivas normas de sustentabilidade.

Democratizar a cadeia de alimentos

O imenso poder de mercado exercido por algumas poucas empresas e a crescente concentração dos mercados agrícolas exigem uma estratégia compreensiva para ampliar o controle democrático de cadeias de *commodities* transnacionais. Uma estratégia como essa exige tanto a criação de órgãos multilaterais de fiscalização, como a reforma nacional de políticas

agrícolas e econômicas. Em primeiro lugar, uma política efetiva e multilateral de competição teria que ser adotada. O pré-requisito para uma política dessas é a divulgação de informações sobre o tamanho e o alcance de agronegócios, fusões, aquisições e *joint-ventures* transfronteiriças no setor de alimentos. Uma base de dados acessível para o público poderia ter essa função. Baseado nisso, um Órgão Antitruste independente multilateral deveria ser estabelecido. Esse órgão seria encarregado de verificar fusões e aquisições e impedir que empresas abusem do poder de mercado. Entretanto, uma política efetiva e multilateral de competição pressupõe leis efetivas de competição, nacionais ou regionais.

Como ilustrado em pequena escala pelo movimento do Comércio Justo, “Contratos de Desenvolvimento” asseguram que empresas internacionais integrassem seus parceiros contratantes e fornecedores a suas atividades comerciais de uma maneira justa e sustentável. Contratos de desenvolvimento assegurariam a distribuição justa dos lucros nas cadeias de *commodities* transnacionais. Além disso, empresas comerciais, empresas processadoras ou supermercados transnacionais seriam obrigados a pagar aos produtores preços justos, que cubram os custos da produção sustentável e permitam que pequenos produtores se sustentem. A observância dos termos dos contratos, que seriam elaborados em negociações transparentes e participativas entre parceiros comerciais, seria monitorada por uma “Administração de Contratos de Desenvolvimento” internacional.

De acordo com o princípio da subsidiariedade econômica, vários mecanismos e medidas nacionais assegurariam que redes de produção locais e regionais tivessem prioridade sobre redes transnacionais. Para alcançar essa re-regionalização da economia alimentar, os governos deveriam, em primeiro lugar, reavaliar o papel de empresas comerciais do Estado porque estas poderiam desempenhar um papel importante no que diz respeito a combater o poder de mercado de grandes empresas privadas. Em segundo lugar, medidas políticas deveriam ser tomadas para aumentar a criação de valor no local de produção e para ter como foco melhorar a articulação dos vários setores da economia local. Por exemplo, poderiam ser adotadas regulamentações que obriguem corporações a usar matéria-prima produzida localmente ou que obriguem empresas transnacionais a envolver processadores locais em suas atividades comerciais. Além disso, uma política de “*site-here-to-sell-here*” (“produzir aqui para vender aqui”) seria benéfica. Uma política como essa apenas permitiria que empresas estrangeiras vendessem em um determinado mercado se aceitassem produzir ali também. Em terceiro lugar, outra pedra angular da re-regionalização seria adotar políticas que tornem

o transporte de longa distância mais caro; afinal, o *boom* de redes de produção transnacionais está diretamente vinculado à redução dos custos de transporte. O objetivo deveria ser a internalização de efeitos externos vinculados a transporte de longa distância. Cobranças de taxas de usuários para bens comuns, isto é, uma taxa de emissões de aeronaves ou uma taxa de transporte marinho, poderiam ter essa função.

Equilibrar assimetrias

Em um regime de comércio justo, restabelecer o equilíbrio econômico entre os diferentes países e regiões do mundo seria a prioridade máxima. Restabelecer o equilíbrio econômico multilateral exige um tratamento especial e compreensivo para países mais pobres ou mais fracos. Isso significa ir muito além das regras de tratamento especial e diferencial existentes, que em geral contêm não muito mais do que medidas complementares para reduzir o impacto social do comércio ou de longos períodos de transição para colocar em prática as mesmas regras para todos os países. Ao invés disso, o relatório *Comércio Saudável – Agricultura Sustentável* propõe regular o conceito de tratamento especial e diferencial para se tornar um “Tratamento Diferencial Sistemático” que daria a países mais fracos vantagens comerciais específicas em todas as transações, de forma sistemática. Para determinar quem se beneficiaria desse tratamento diferencial sistemático, critérios objetivos, pertinentes e consistentes seriam usados para diferenciar países, como renda *per capita*, o grau de pobreza, ou a falta de segurança alimentar. O acesso qualificado ao mercado teria que ser uma característica principal desse sistema, para assegurar que a política comercial seja compatível tanto com a segurança da subsistência, como com a proteção ambiental.

Além desse sistema de tratamento diferencial sistemático, é fundamental que haja esforços para que se efetue uma mudança de paradigma em relação a acordos comerciais internacionais. Não é essencial que redes de trocas econômicas internacionais abarquem tanto o Norte como o Sul, assim como não é algo natural que sua evolução tenha que ser voltada exclusivamente para o lucro. Ao invés disso, países em desenvolvimento poderiam unir forças para tratar de forma mais efetiva as mesmas preocupações, para o bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável. O comércio transfronteiriço não precisa necessariamente ser voltado só para o ganho econômico. A interação também poderia ter como foco colocar em prática projetos importantes do ponto de vista social em áreas como saúde, infraestrutura, habitação, ou produção sustentável. Entretanto, para realizar esses projetos, acordos

comerciais deveriam ser fechados com uma proposta de cooperação, e não de competição.

Entretanto, as regras multilaterais do comércio não são suficientes para assegurar justiça no comércio agrícola; governos nacionais precisam

“Como e por que deveríamos produzir para os outros se não podemos sequer nos sustentar? Mais importante do que obter acesso a mercados externos é a necessidade de desenvolver mercados internos. Portanto, é essencial que os países consigam se proteger de importações agrícolas.”

Eloi Nombéré, Confédération Paysanne du Burkina Faso,
na Consulta Regional da África Ocidental, fevereiro de 2006

reavaliar suas estratégias de exportação agrícola e dar prioridade para coerentes estratégias de desenvolvimento nacional. Uma política de exportação sustentável sempre colocará a segurança alimentar nacional antes das exportações e, portanto, coloca a produção de subsistência e a produção para o mercado interno antes da produção para mercados externos. Além disso, é preciso que haja esforços para desencorajar o setor de exportações de ocupar terra e recursos naturais se tal ocupação tem impacto negativo na segurança alimentar nacional ou familiar, e para assegurar uma distribuição justa do lucro na cadeia de valores. Em particular, uma política de exportação sustentável precisa buscar a participação de pequenos produtores, cooperativas de agricultores e trabalhadores rurais, assim como o empoderamento das mulheres nas exportações, assegurando a igualdade de gênero, para que possam colher os benefícios das exportações. Essa política deveria se contrapor à industrialização da agricultura, incentivando a transmissão de conhecimentos e práticas sustentáveis de produção agrícola com mão de obra intensiva. Finalmente, ela deveria procurar criar um vínculo efetivo entre a agricultura e outros setores econômicos locais como parte de uma estratégia de desenvolvimento coerente.

Conclusões: rumo a uma arquitetura pós-OMC de comércio agrícola

Uma análise do relatório *Comércio Saudável – Agricultura Sustentável* não deixa nenhuma dúvida de que um modelo multilateral para o comércio mundial de produtos agrícolas é indispensável. Entretanto, a OMC, em sua forma institucional atual, não consegue satisfazer as demandas desse modelo. consequentemente, a OMC precisa se reinventar ou deixar a institucionalização de regras do comércio para outras instituições dentro do modelo das Nações Unidas. Atualmente, a OMC desempenha três funções: é o fórum central para negociações intergovernamentais, promulga regras de valor legal e resolve disputas comerciais. Qualquer estrutura institucional nova teria que cumprir essas funções, assim como outras novas. De acordo com o relatório *Comércio Saudável – Agricultura Sustentável*, pelo menos três funções adicionais teriam que ser desenvolvidas. Entre elas, o controle de preços do mercado internacional por meio de um mecanismo de cooperação baseado na gestão de oferta, o controle de qualidade de fluxos comerciais baseado em meta-normas multilaterais e a fiscalização da compe-

dicial de políticas internas para mercados internacionais e externos.

O objetivo da “Agência de Qualidade” seria assegurar a qualidade dos fluxos comerciais de mercados mundiais. Em relação a isso, ela apoiaria, sobretudo, a introdução de normas nacionais de sustentabilidade e negociações multilaterais sobre “Meta-normas”.

A tarefa da “Agência de Gestão de Preços” seria controlar a oferta de produtos agrícolas para evitar as flutuações extremas dos preços do mercado mundial. Mais especificamente, essa agência apoiaria negociações do “Modelo Cooperativo Multilateral para Equilibrar a Oferta do Mercado Mundial”, para controlar as capacidades de produção do Norte, e, entre aqueles do Sul que exportam bens agrícolas, para evitar a volatilidade dos preços.

A “Agência Antitruste” seria responsável por apoiar negociações sobre políticas mundiais de competição. Em particular, ela publicaria informações sobre o tamanho e as atividades de empresas internacionais, inclusive fusões e aquisições, e tomar medidas no caso de concentração de mercado na produção de insumos, negociações e setores de atacado e varejo.

Finalmente, a “Agência de Resolução de Disputas” seria responsável por resolver disputas entre estados membros, e entre estados membros e terceiras partes, como corporações e ONGs. Além disso, essa agência continuaria a criar painéis sobre disputas comerciais, como atualmente é o caso dentro da OMC. Assim mesmo, se um dos painéis não conseguir assegurar um acordo que tenha sido aceito por todas as partes, a questão teria que ser tratada por um órgão independente da instituição. É essencial garantir a imparcialidade do mecanismo de resolução de disputas, uma vez que ele seria responsável por sentenciar conflitos entre valores sociais, ambientais e comerciais.

“Não há apenas um tipo de mercado, com um único sistema comercial. Há muitos tipos diferentes de mercados, com diferentes sistemas de produção, comercialização e distribuição. Temos que re-regionalizar o comércio, já que a abordagem tamanho único de criar um mercado mundial uniforme não funciona para o interesse público.”

Josefa Francisco, IGTA Asia, Filipinas,
na Consulta Regional Asiática, maio de 2006

tição por meio de medidas antitruste. Além dessas novas funções, uma organização do comércio justa e sustentável também precisaria de um novo objetivo geral. Enquanto o atual objetivo da OMC é eliminar barreiras de tarifas aduaneiras e barreiras não-tarifárias ao comércio para criar um mercado mundial unificado, uma instituição sustentável daria prioridade para a coordenação de diferentes interesses nacionais. Seu objetivo principal seria administrar – e não desregular – o comércio internacional.

Como essa instituição multilateral teria que ser estruturada para concluir essas tarefas com eficiência? Compreendendo pelo menos cinco agências. A principal tarefa da “Agência de Coordenação” seria equilibrar preferências nacionais e interesses internacionais. Ela asseguraria, sobretudo, que mais espaço seja dado a governos nacionais na arena do comércio. Essa Agência também monitoraria e, quando necessário, limitaria qualquer efeito preju-

Fontes

O relatório

- Sachs, Wolfgang / Santarius, Tilman (2007): Slow Trade – Sound Farming. A Multilateral Framework for Sustainable Markets in Agriculture. Heinrich Böll Stiftung / Misereor: Berlin / Aachen. www.ecofair-trade.org.

Documentos de discussão do *Diálogo sobre Comércio Ecológico e Justo* nos quais o relatório se baseia

- De La Torre Ugarte, Daniel (2006): The Contributions and Challenges of Supply Management in a New Institutional Agricultural Trade Framework. EcoFair Trade Dialogue Discussion Paper No. 6, www.ecofair-trade.org.
- Fanjul Suárez, Gonzalo (2006): Agriculture and Trade in an Asymmetric World. EcoFair Trade Dialogue Discussion Papers No. 3, www.ecofair-trade.org.
- Glipe, Arze (2006): Achieving Food and Livelihood Security in Developing Countries: The Need for a Stronger Governance of Imports. EcoFair Trade Dialogue Discussion Papers No. 2, www.ecofair-trade.org.
- Kwa, Aileen / Bassoum, Souleymane (2007): Exploring the Linkages Between Agricultural Exports and Sustainable Development. EcoFair Trade Discussion Papers No. 8, www.ecofair-trade.org.
- Lorenzen, Hannes (2007): Qualified Market Access. EcoFair Trade Dialogue Discussion Paper No. 5, www.ecofair-trade.org.
- Malhotra, Kamal (2006): A Sustainable Human Development Approach to the Role of Exports in a National Development Strategy. EcoFair Trade Dialogue Discussion Paper No. 4, www.ecofair-trade.org.
- Murphy, Sophia (2006): Concentrated Market Power and Agricultural Trade. EcoFair Trade Dialogue Discussion Paper No. 1, www.ecofair-trade.org.
- Murphy, Sophia / Santarius, Tilman (2007): The World Bank's WDR 2008: Agriculture for Development. Response from a Slow Trade – Sound Farming Perspective. EcoFair Trade Dialogue Discussion Paper No. 10, www.ecofair-trade.org.
- Ong'wen, Oduor / Wright, Sarah (2007): Small Farmers and the Future of Sustainable Agriculture. EcoFair Trade Dialogue Discussion Paper No. 7, www.ecofair-trade.org.
- Sachs, Wolfgang / Santarius, Tilman (2007): World Trade and the Regeneration of Agriculture. EcoFair Trade Dialogue Discussion Paper No. 9, www.ecofair-trade.org.

Downloads e mais informações: www.ecofair-trade.org.

Painel de Especialistas



Souleymane Bassoum, Senegal, Diretor de AGRECOL-Afrique e reconhecido especialista em políticas de agricultura sustentável da região da África Ocidental. Suas principais áreas de trabalho são a agricultura ecológica e o comércio justo. Ele se dedica à agricultura orgânica e é formado em agricultura.



Gonzalo Fanjul Suárez, Espanha, coordenador de pesquisas de Intermón Oxfam. Acompanhou de perto as negociações agrícolas da OMC nos últimos anos, assim como questões referentes aos impactos da política agrícola comum da UE sobre o desenvolvimento; é especialista em questões de comércio agrícola. É formado em economia.



Arze Glipo, Filipinas, diretora de Integrated Rural Development Foundation of the Philippines (IRDF) (Fundação de Desenvolvimento Rural Integrado das Filipinas), coordenadora da Ásia Pacific Network on Food Sovereignty (APNFS) (Rede Ásia Pacífico sobre a Soberania Alimentar). Desenvolveu profundo conhecimento sobre questões de comércio relacionadas a gênero e pobreza. Possui mestrado em economia do desenvolvimento.



Aileen Kwa Singapura, atualmente vive em Genebra, é consultora de políticas sobre questões comerciais. Monitora negociações comerciais desde a Convenção Ministerial de Singapura em 1996 e também trabalhou com delegações de países em desenvolvimento em Genebra, em especial sobre questões agrícolas. É co-autora do livro “Behind the Scenes at the WTO: The Real World of Trade Negotiations” (Por Trás das Cenas da OMC: O Mundo Real das Negociações Comerciais).



Hannes Lorenzen, Alemanha, é consultor do Committee on Agriculture and Rural Development of the European Parliament for the Greens/EFA Group (Comitê de Desenvolvimento Rural e Agricultura do Parlamento Europeu para o movimento Verde) Grupo EFA (Aliança Livre Européia) como especialista em políticas agrícolas européias. Possui mestrado em sociologia e agricultura e pós graduação em desenvolvimento rural internacional.



Sophia Murphy, Inglesa e canadense, atualmente mora na Austrália, Consultora sênior do Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP)/Instituto de Agricultura e Política Comercial, nos EUA, e é especialista reconhecida internacionalmente em questões de comércio e alimentos. Escreveu vários documentos sobre segurança alimentar, regras do comércio multilateral e a estrutura de mercados agrícolas mundiais. Possui mestrado em políticas sociais, planejamento e participação de países em desenvolvimento.



Oduor Ong'wen, Quênia, diretor nacional de SEATINI (Southern and Eastern Africa Trade Information and Negotiations Institute/Instituto de Informação e Negociações Comerciais da África Oriental e Austral). Ex-diretor executivo de EcoNews Africa. Possui mestrado em políticas econômicas de países em desenvolvimento e é formado em matemática e química. Especialista em questões de comércio mundial e sustentabilidade.



Anna Luiza Ferreira Pijnappel, Brasil, consultora do Departamento de Relações Internacionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Acompanha de perto as negociações de comércio agrícola da OMC e MERCOSUL. Enfoca especialmente os efeitos de acordos comerciais na agricultura familiar do Brasil. Possui mestrado em relações internacionais.



Rita Schwentesius Rindermann, da Alemanha, há 20 anos no México, coordenadora de pesquisas de CIESTAAM (Centro de Pesquisas sobre Aspectos Econômicos, Sociais e Tecnológicos da Agricultura Mundial da Universidade de Chapingo). É especialista no capítulo de agricultura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio. Possui mestrado em produção de planta e doutorado em economia agrícola internacional.



Daniel De La Torre Ugarte, Perú, há 15 anos nos EUA, diretor associado do University of Tennessee's Agricultural Policy Analysis Center (Centro de Análises de Políticas Agrícolas da Universidade do Tennessee). Sua principal área de pesquisa é a gestão de oferta agrícola. Entre sua vasta lista de publicações está o relatório “Rethinking US Agricultural Policy: Changing Course to Secure Farmer Livelihoods Worldwide” (2003) (Repensar a Política Agrícola Norte-Americana: Mudança de Rumo para Assegurar a Subsistência dos Agricultores do Mundo Todo). Possui doutorado em economia agrícola.



Wolfgang Sachs (Moderador), Alemanha, Membro sênior do Instituto de Clima, Meio Ambiente e Energia de Wuppertal. Suas principais áreas de pesquisa são globalização e sustentabilidade, meio ambiente e desenvolvimento, assim como novos modelos de riqueza. Foi coordenador e principal autor de “The Jo'burg Memo. Fairness in a Fragile World” (2002) (Memória de Johanensburg. justiça em um Mundo Frágil). Possui mestrado em sociologia e teologia e doutorado em ciências sociais.



Tilman Santarius (Co-Moderador), Alemanha, Membro pesquisador sênior Instituto de Clima, Meio Ambiente e Energia de Wuppertal. Suas principais áreas de trabalho são os instrumentos econômicos das políticas de clima, a governança global e questões relativas ao comércio e ao meio ambiente. Foi co-autor do livro “Fair Future. Limited Resources, Security, and Global Justice” (2007) (Futuro Justo. Recursos Limitados, Segurança, Justiça Mundial), com Wolfgang Sachs. Possui mestrado em sociologia, antropologia e economia.

As Organizações

A Heinrich Böll Foundation (Fundação Henrich Böll) faz parte do movimento político Verde, desenvolvido no mundo todo como resposta às políticas tradicionais do socialismo, liberalismo e conservadorismo. Nossos princípios fundamentais são a ecologia e a sustentabilidade, a democracia e os direitos humanos, a autodeterminação e a justiça. Damos ênfase particular à democracia de gênero, vista como emancipação social e igualdade de direitos para mulheres e homens. Também estamos comprometidos com a igualdade de direitos para minorias culturais e étnicas e com a participação social e política dos imigrantes. Finalmente, promovemos a não violência e políticas proativas pela paz.

Para alcançar nossos objetivos, buscamos alianças estratégicas com outros que compartilham de nossos valores. Somos uma organização independente, ou seja, determinamos nossas próprias prioridades e políticas. Nossa sede fica na República Federal da Alemanha, mas somos um ator internacional, tanto em termos de ideais como práticos.

Nosso nome, do escritor laureado pelo Prêmio Nobel Heinrich Böll, personifica os valores pelos quais lutamos: defesa da liberdade, coragem cívica, tolerância, debate aberto e a valorização da arte e da cultura como esferas independentes do pensamento e da ação.

MISEREOR foi fundada em 1958 como uma agência “contra a fome e a doença do mundo”. Como agência internacional de desenvolvimento da Igreja católica da Alemanha, MISEREOR coopera com um espírito de parceria com todas as pessoas de boa vontade para promover o desenvolvimento, combater a pobreza mundial, libertar as pessoas da injustiça, exercer a solidariedade com os pobres e os perseguidos e ajudar a criar “Um Mundo”.

MISEREOR recebeu da Igreja Católica da Alemanha a missão de:

- ▶ combater as causas das dificuldades e da miséria que se manifestam principalmente em países da Ásia, África e América Latina, como fome, doenças, pobreza e outras formas de sofrimento humano,
- ▶ possibilitar que as pessoas afetadas tenham uma vida digna,
- ▶ e promover a justiça, a liberdade, a reconciliação e a paz no mundo.

A assistência que oferecemos ao Sul deve incentivar e apoiar o espírito de auto-ajuda para possibilitar a melhoria sustentável das condições de vida dos pobres. MISEREOR também é comprometida com a educação, o trabalho de defesa e campanhas no Norte.

O Instituto de Clima, Meio Ambiente e Energia de Wuppertal explora e desenvolve modelos, estratégias e instrumentos para apoiar o desenvolvimento sustentável local, nacional e internacional. A pesquisa sobre a sustentabilidade do Instituto de Wuppertal tem como foco a ecologia e sua relação com a economia e a sociedade. Ênfase especial é dada para a análise e o apoio de inovações tecnológicas e sociais que disassociem a prosperidade e o crescimento econômico do uso de recursos naturais.

É assim que a declaração da missão do Instituto de Wuppertal descreve as atividades do Instituto. Baseada nas disciplinas científicas clássicas, a pesquisa realizada com esse fim combina suas abordagens para gerar soluções práticas e voltadas para os atores sociais. Problemas, soluções e redes têm como foco de igual importância o mundial, o nacional e o regional/local.

O Instituto foi fundado em 1991 sob a direção do Professor Ernst Ulrich von Weizsäcker. O Professor Peter Henricke dirige o Instituto como Presidente e Pesquisador Executivo. A Gerente é Brigitte Mutert-Breidbach. A sede do Instituto fica em Wuppertal, e o Escritório de Berlin o representa na capital da Alemanha desde 2004. Em 2005, o Instituto de Wuppertal e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente fundaram em um esforço conjunto o UNEP/Wuppertal Institute Collaborating Centre on Sustainable Consumption and Production (CSCP) - Centro de Colaboração sobre o Consumo e a Produção Sustentável do Instituto Wuppertal, em Wuppertal.

HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG

Die grüne politische
Stiftung

MISEREOR
IHR HILFSWERK

Das Bischöfliche
Hilfswerk

 **Wuppertal Institut**
für Klima, Umwelt, Energie
GmbH

Das Institut für
angewandte
Nachhaltigkeits-
forschung

A reforma das regras do comércio agrícola está no centro das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) relativas a um modelo multilateral para a economia mundial. Entretanto, as reformas previstas não são nada promissoras para o futuro da agricultura ao redor do planeta. Elas vão intensificar o desespero de agricultores ao redor do mundo e destruir ecossistemas locais e mundiais. Esse relatório, pelo contrário, explora novas direções para regras do comércio, para além do paradigma do livre comércio. Ele coloca os desafios que a agricultura e as comunidades rurais enfrentam no centro das atenções, propondo perspectivas políticas e instrumentos de políticas para um sistema comercial que ofereça oportunidades genuínas aos pobres, preserve o meio ambiente e ajude a agricultura a dar um salto para a era pós-fóssil.

Esse relatório é o resultado do Diálogo Comercial Ecológico e Justo, um extenso processo de dois anos de consultas e trocas que se realizou em todos os continentes. As propostas foram discutidas e aperfeiçoadas por vários representantes de organizações de agricultores e iniciativas de base, políticos, o mundo acadêmico e organizações da sociedade civil. Como já é tempo de alcançar uma mudança de paradigma e começar negociações comerciais rumo a um Acordo Geral sobre Comércio Sustentável, entende-se esse relatório como uma contribuição para essa meta.

www.ecofair-trade.org